

Fontes para o estudo da Universidade de Coimbra. Estado da questão

MANUEL AUGUSTO RODRIGUES
Universidade de Coimbra

A UNIVERSIDADE DE COIMBRA possui o raro privilégio de possuir um Arquivo próprio como estabelecimento autónomo que depende directamente da Reitoria. Designado no passado como «Arca» ou «Scrinium» nele se conserva grande parte da memória da vetusta instituição. O que significa que para conhecer a vida da Universidade nos seus diversos aspectos é necessário recorrer, antes de mais, aos fundos existentes no AUC. Com isto queremos dizer que tal tarefa não deva ser completada com a consulta de outros arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros.

Aproveitamos para sublinhar que não é só o passado que está em causa quando investigamos as fontes existentes em qualquer arquivo. O presente e o futuro muito podem beneficiar de pesquisas feitas com critério e sentido objectivo. E o que sucede é, afinal, apresentaremse reformas ou alterações que colidem com a essência de uma instituição sem averiguar das suas raízes e do seu funcionamento no pretérito. O processo de Bolonha de que tanto se fala é um exemplo de como o papel do historiador se pode revelar extremamente importante na elaboração de novos modelos. Instituições seculares como as Universidades não podem estar sujeitas a constantes alterações que não são sustentadas por justificações válidas.

As fontes para o estudo da Universidade de Coimbra merecem, pois, uma abordagem especial em ordem a facultar a sua divulgação. Em 1902-1903, escreveu o Dr. António de Vasconcelos (1860-1941) um estudo sobre o AUC que ainda hoje é imprescindível para qualquer pessoa que queira

conhecer a história dessa instituição¹. O Dr. Vasconcelos que era professor da Faculdade de Teologia veio a ser o primeiro director do AUC que quando este em 1901 passou a ser considerado uma repartição autónoma; foi igualmente o primeiro director da Faculdade de Letras criada em 1911. Nunca será demasiado encarecer o trabalho levado a cabo por esta ilustre personalidade que, mais do que nenhuma outra, se interessou com uma dedicação digna de realce pelo passado da *Alma Mater Conimbrigensis*. Seria longo traçar aqui o seu percurso académico e falar das suas muitas publicações que o impuseram como um verdadeiro exemplo de universitário na acepção mais rica da palavra.

No referido trabalho sobre o AUC começa o autor:

De todas as repartições da Universidade é certamente esta a menos conhecida; e bem merecia no entanto ser olhada com vistas mais curiosas, e beneficiadas e amparada com mais interesse e carinho. O Arquivo da Universidade é pouco mais do que inteiramente desconhecido, quando na verdade os diplomas, processos, registos e assentos nele guardados constituem um tesouro inestimável para a história do nobilíssimo Estabelecimento científico, a que pertence, até para a história do país; os seus tombos, escrituras, notas e pergaminhos são um manancial, em grande parte inexplorado, de conhecimentos e notícias muito diversas e de tão alto valor.

1. NOTA HISTÓRICA SOBRE A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Antes de falar propriamente da fundação em 1290 do *Studium Generale* em Portugal, convém lembrar que dois anos atrás, com data de 12 de Novembro de 1288, fora mandada ao papa uma petição por alguns eclesiásticos, o D. Abade do Mosteiro de Alcobaça, os D. Piores dos Mosteiros de Santa Cruz de Coimbra e de S. Vicente de Lisboa e os superiores de

¹ Foi publicado pela primeira vez no *Anuário da Universidade de Coimbra*, vol. XCVII, de 1902-1903, pp. 3-51; em 1991, foi por nós reeditado como monografia dentro do programa editorial das comemorações dos 700 anos da fundação da Universidade de Coimbra na colecção «Vniuersitatis Conimbrigensis Historiae Fontes et Subsidia» - Série Minerva. Os outros estudos do Dr. VASCONCELOS inseridos nessa série foram os seguintes: *Diploma Dionisiano da Fundação da Universidade Portuguesa (1 de Março de 1290)*, *Real Capela da Universidade (Alguns apontamentos e notas para a sua história)* e *Selo Medieval da Universidade Portuguesa*. Ao longo do presente trabalho faremos referência a outras publicações alusivas à reforma pombalina (2.º centenário da reforma em 1972 e da morte de Pombal em 1984), e ainda ao 7.º centenário da Universidade de Coimbra, assinaladas com as palavras: CRP e CUC. A todos quantos contribuíram para o trabalho editorial realizado reiteramos o nosso reconhecimento, permitindo-nos dirigir uma palavra especial à Prof.^a Doutora Maria Teresa Nobre Veloso e ao Dr. Joaquim Tomás Miguel Pereira que já não se encontra entre nós; aproveitamos para aqui prestar uma sentida homenagem à sua memória.

diversas igrejas desde o Norte até ao Sul de Portugal, na qual solicitavam ao Romano Pontífice a criação de um «Estudo Geral» para Portugal.

Até então sabemos da existência no País de escolas catedralícias e monásticas que se podem considerar a «pré-história» da Universidade portuguesa, tema que mereceu ao saudoso professor de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Francisco da Gama Caeiro, um interesse particular.

A Universidade de Coimbra foi criada pelo documento *Scientiae thesaurus mirabilis* assinado por El-Rei D. Dinis na cidade de Leiria a 1 de Março de 1290. Esse documento a que o Dr. António de Vasconcelos, a quem se deve a sua revelação e interpretação, chamou «documento precioso» conserva-se no AUC.

A 9 de Agosto de 1290, o papa Nicolau IV que também confirmou o *Studium* de Montpellier, pela bula *De Statu Regni Portugalliae* deu a sua aprovação à erecção do *Studium Generale* que havia sido criado por D. Dinis em Lisboa.

O *Studium Generale* iniciou a sua actividade em Lisboa, donde passaria para a Cidade do Mondego em 1308 sucedendo-se depois uma alternância entre as duas cidades até se fixar definitivamente em Coimbra em 1537 graças ao monarca D. João III.

De grande importância se revelou a *Magna Charta Privilegiorum*, de 15 de Fevereiro de 1309, em que o monarca concedeu ao *Studium* grandes privilégios e orientações à semelhança do que havia feito Afonso X o Sábio à Universidade de Salamanca em 8 de Maio de 1254.

As Faculdades eram as de Artes, Direito Canónico, Direito Civil e Medicina. Mais tarde surgiu a de Teologia. Entre tantos dados que podíamos aduzir sobre a fase medieval do Estudo de Coimbra, apenas lembramos as normas regulamentares de D. João I, a protecção dada pelo Infante D. Henrique em vários aspectos e o facto de o cancelário ser o bispo diocesano.

Depois duma fase longa na capital o rei D. João III, em 1537, determinou que ela se transferisse para Coimbra. Até 1911 seria a única em Portugal, se exceptuarmos a de Évora que pertencia à Companhia de Jesus e que teve uma história de precisamente 200 anos: de 1559 a 1759, ano em que os filhos de Santo Inácio foram expulsos do País.

Certamente que não foi alheio ao pensamento de D. João III o facto de em Coimbra existir o Mosteiro de Santa Cruz que fora desde a sua criação no séc. XII um importante centro de ciência e cultura e possuindo uma biblioteca bastante rica.

Foi com os bens deste Mosteiro que o monarca conseguiu lançar as bases para a instalação do *Studium*, tendo a partir de então passado a ser o cancelário da Universidade o D. Prior de Santa Cruz, situação que se manteve até 1834.

Quando a Universidade passou a funcionar em Coimbra a Europa encontrava-se numa fase especial da sua história: lembramos a descoberta da imprensa e de novos mundos, a expulsão dos judeus e muçulmanos e a forte influência do Humanismo e da Reforma. As decisões do Concílio de Trento e a Contra-reforma vieram a marcar profundamente a história da Europa e, em concreto, da Universidade durante vários séculos. Neste aspecto deve lembrar-se o papel da Inquisição e o aparecimento dos índices de livros proibidos enquanto em várias partes surgiam indícios do avanço das ciências e da filosofia que vinham alterar os esquemas do passado, alguns deles que remontavam aos tempos medievais. A vida da Universidade reflecte as consequências de tais acontecimentos de muitas e variadas formas.

De especial significado se revestiu a criação em Coimbra de colégios universitários, quase todos de ordens religiosas que se preocuparam com a existência de casas de habitação e de estudo para os alunos e professores que leccionavam na Universidade.

Foram criados os Colégios de S. Tomás, Carmo, Jesus, Real de S. Pedro, Artes, Lóios, S. Paulo Apóstolo, S. Bernardo, S. Boaventura, S. Jerónimo, Trindade, S. Bento, Tomar, S. Pedro (franciscanos calçados), Santo Agostinho (Sapiência), Santo António da Pedreira, (franciscanos), S. José dos Marianos, Militares, S. Boaventura (2.º), Santo António da Estrela, Santa Rita e S. Paulo I Eremita. Os Colégios de S. Pedro e de S. Paulo destinavam-se à formação de mestres universitários.

Impôs-se pelo carácter de que se revestia o Colégio das Artes onde se ministrava o ensino secundário e que, passados poucos anos depois da sua fundação, foi confiado à Companhia de Jesus. As humanidades foram aí bastante cultivadas tendo sido convidados vários mestres estrangeiros que muito prestigiaram o ensino.

Para a história da Universidade foi o séc. XVI um período bastante florescente. Salientamos os muitos contactos estabelecidos com a Europa, o Brasil, a África e o Oriente. A edição de diversas obras dos diversos ramos do saber e a vinda de escolares brasileiros são duas características merecedoras de destaque.

Realçamos ainda as relações estreitas com a Universidade de Salamanca, casos de Aires Barbosa e Pedro Nunes (Artes), Francisco Suárez, Heitor Pinto e Martín de Ledesma (Teologia), Aires Pinhel, Manuel da Costa e Martín de Azpilcueta Navarro (Cânones e Leis) e Ambrósio Nunes,

Henrique de Cuellar e Tomé Rodrigues da Veiga (Medicina)². Muitos escolares lusitanos acorreram à Cidade do Tormes sendo também de registar a alternância de lentes entre as duas Escolas, embora com maior peso no que respeita à vinda de salmantinos para Coimbra. Mas não se esgotou em Salamanca o ponto de referência dos intelectuais portugueses. Também Sigüenza, Valladolid e Alcalá se contam entre os centros de estudo procurados pelos portugueses. A Europa culta atraía bastante a intelectualidade portuguesa, ávida de conhecimento.

Na viragem para a modernidade, algumas das novas Universidades entretanto fundadas, como a de Leiden, souberam abrir-se às novas ideias que sopravam de diversos quadrantes, o que não sucedeu na grande maioria das que tinham sido criadas anteriormente.

Nos sécs. XVII-XVIII assistiu-se a uma degradação da Escola, o que aliás sucedeu com outras Universidades europeias. O sopro renovador do saber, em especial da filosofia e das ciências, não se fazia sentir, apesar do esforço de alguns que tentavam abrir a Universidade às novas correntes de pensamento que entretanto surgiram em várias partes do Velho Continente.

Entre nós figuraram como defensores de uma profunda renovação Luis António Vernei e António Ribeiro Sanches, entre outros. Vale a pena ainda hoje ler o que esses estrangeirados escreveram acerca da tão necessária alteração dos esquemas mentais vigentes.

Entretanto, em 1759, os padres da Companhia de Jesus que, a partir da sua chegada a Portugal, tanto haviam contribuído para o avanço do saber através da sua Universidade de Évora e de uma rede de colégios que praticamente cobriam todas as regiões, sem esquecer o trabalho realizado no Brasil e também noutras áreas do Globo, em especial no Oriente. Com a sua saída criava-se um vazio difícil de preencher. Eram acusados de serem eles a causa do atraso em que se encontrava a cultura nacional e de outros males.

Em 1770, o rei D. José criou uma comissão incumbida de estudar as causas da crise por que a Universidade passava e ao mesmo tempo de apresentar as soluções para a ultrapassar. Chamava-se Junta de Providência Literária e era presidida pelo Marquês de Pombal, dela fazendo parte o reitor da Universidade, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, João Pereira Ramos, D. Manuel do Cenáculo e outros.

² No livro *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis*, vol. I (1290-1771) pode o leitor avaliar o intenso intercâmbio entre os dois *Studia* da Península ibérica. Sobre as relações entre Coimbra e Salamanca, *vid.* alguns trabalhos de Ángel Marcos de Dios, Antonio García y García, Joaquim Veríssimo Serrão e Justo Garcia Sánchez, entre outros; estes contactos têm sido bastante intensificados nos últimos anos graças ao Centro de Historia Universitaria Alfonso IX.

Em 1771, estava concluído o *Compêndio Geral do Estado da Universidade*, livro que continha as conclusões a que tinha chegado a Junta. Trata-se essencialmente dum escrito anti-jesuítico e imbuído de cariz regalista.

Em 1772, eram solenemente apresentados à Universidade os *Estatutos Pombalinos* (1772), também chamados os da Nova Fundação. Foram criadas duas novas Faculdades, a de Matemática e a de Filosofia e também vários institutos de apoio: o Hospital, o Teatro Anatómico e o Dispensatório Farmacêutico (Medicina), os Gabinete de História Natural e o de Física Experimental, o Laboratório Chimico, o Jardim Botânico (Filosofia) e o Observatório Astronómico (Matemática) e ainda a Imprensa da Universidade³. Além disso, alterarm-se radicalmente os esquemas pedagógicos.

Quando Pombal cai em desgraça parece que todo o edifício por ele acarinhado se desmoronava. As reacções à sua reforma subiam de tom e houve mesmo quem tentasse regressar ao passado. Era o movimento da Viradeira. O reitor Francisco de Lemos que fora o grande obreiro da reforma era agora sem dúvida o grande apologista da reforma de 1772. Com a morte de D. José as coisas agravavam-se e foi então que com o livro *Relação Geral do Estado da Universidade* apresentado à rainha ele conseguiu convencer os críticos da validade da obra encetada em 1772. Neste clima de dúvidas Lemos é afastado de reitor só regressando ao cargo em 1799. O brasileiro da confiança de Pombal que se revelou a alma da reforma de 1772 e que exerceu as funções de prelado da diocese de Coimbra viria a morrer em 1822.

Mas o séc. XIX não foi muito positivo para a vida da Escola, em particular na primeira fase. Notava-se uma decadência muito grande, havia poucos alunos e a Universidade esteve encerrada seis vezes. As invasões francesas e depois as lutas do liberalismo e outras que se lhe seguiram não propiciavam um clima tranquilo para o funcionamento da Universidade.

Em 1836, foi criada a Faculdade de Direito, fruto da fusão das de Cânones e Leis. A evocação do 1.º centenário da reforma pombalina em 1872 tentou, para além da homenagem ao Marquês, incutir nos espíritos a premência de um retorno ao genuíno sentido dos estatutos de 1772.

Em 1901, depois de algumas tentativas de reforma surgidas durante o séc. XIX saíram as *Bases para a reorganização da Universidade de Coimbra* (Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro), que apontavam para uma reestruturação geral.

Em 1911, era aprovada a *Constituição Universitária da República* que é o primeiro grande documento da República relativo à Universidade. Foram

³ O que não significa que já antes não houvesse Imprensa da Universidade.

criadas as Universidades de Lisboa e do Porto, deixando assim Coimbra de ser a única do País. Foram ainda instituídas nas de Coimbra e de Lisboa as Faculdades de Letras e de Ciências e ainda a Escola de Farmácia e a Escola Normal Superior. Em Coimbra foram suspensas as matrículas na Faculdade de Teologia, o que, no fundo, veio a significar o seu termo.

Seguiu-se uma série de estatutos cuja designação varia em pouco e cujo conteúdo não afecta grandemente a parte científica e pedagógica da Universidade: em 1918, o *Estatuto Universitário* e o *Estatuto da Instrução Universitária*; em 1926, o *Estatuto de Instrução Pública*; em 1929, o *Estatuto da Instrução Universitária*; e em 1930, o *Estatuto da Instrução Universitária*.

Em 1937, teve lugar a celebração do 4.º centenário da transferência definitiva da Universidade para Coimbra em que participou a de Salamanca. Entre as realizações, há a registar a publicação de várias obras que vão referidas na bibliografia final. E em 1953-1954, a Universidade de Coimbra associou-se às comemorações do 7.º centenário do *Studium Salmanticense*.

Entretanto, a actual Cidade Universitária começara a erguer-se, tendo o edifício do AUC sido o primeiro a ser inaugurado em 1948.

Em 1968, a Escola de Farmácia passou a Faculdade e em 1972 era criada a Faculdade Economia graças ao ministro da Educação, Prof. Doutor José Veiga Simão, que se empenhou profundamente na reforma do ensino em Portugal; também em 1972 a Faculdade de Ciências passou a Faculdade de Ciências e de Tecnologia⁴; em 1980, foi criada a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação que foi instalada no antigo Colégio da Sapiência; e em 1992 a de Ciências do Desporto e Educação Física.

Outra celebração realizada foi a do 2.º centenário da Reforma Pombalina em 1972, tendo igualmente sido editadas algumas obras; e em 1984 a do centenário da morte do Marquês de Pombal. Em ambas as ocasiões foram editadas várias obras sobre a sua pessoa e a reforma que empreendeu.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, virou-se uma nova página na história da Universidade, nalguns aspectos bastante negra. Além da destituição do reitor e da entrada de outro, foram criadas Comissões de gestão dos estabelecimentos de ensino e órgãos de gestão do Ensino Superior.

⁴ O Prof. José Veiga SIMÃO criou a Universidade de Lourenço Marques e as do Minho (Braga e Guimarães) e de Aveiro. Acompanhando sempre de perto os problemas da educação publicou nos últimos anos vários livros sobre temas de palpitante interesse: *O Ensino Superior: uma Visão para a Próxima Década* (2002), *Modernização do Ensino Superior. Da Ruptura à Excelência* (2003), *Ambição para a Excelência. A Oportunidade de Bolonha* (Lisboa, 2005), e *O Ensino Superior: Opções Estratégicas - Reorganização do Ensino Superior. Modelo Orgânico da Universidade de Viseu* (2005).

Só em 1976, quando era ministro da Educação Mário Sotomaior Cardia se entrou na normalidade, sendo criados os Órgãos de Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Superior.

Depois de em 1988 ter sido aprovada a *Lei de Autonomia das Universidades* foram promulgados em 1989 os *Estatutos da Universidade*, os primeiros elaborados pela própria Universidade, na sequência da Lei de Autonomia.

Uma data que ficará para sempre marcada indelevelmente nos anais da história da Universidade foi a celebração, em 1990, dos 700 anos da *Alma Mater Conimbrigensis* efeméride a que se associaram várias Universidades, entre elas a de Salamanca. Era a primeira vez que o «*Studium Conimbrigense*» evocava tão importante data.

2. FONTES PARA A HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE EXISTENTES NO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Embora existisse um arquivo universitário desde os inícios só podemos seguir a história do AUC a partir do séc. XVI. Os Estatutos quinhentistas fornecem-nos dados importantes sobre a sua existência e funcionamento. O mesmo se diga dos de 1654.

Sendo certo que alguns historiadores célebres pesquisaram nos fundos do AUC, o certo é que durante muito tempo ele ficou praticamente abandonado e esquecido. O Dr. António de Vasconcelos no seu estudo sobre o AUC fala em pormenor dessa fase negativa que começa com a reforma pombalina.

Mas não deve, contudo, deixar de se aludir à incorporação de vasta e importante documentação da Companhia de Jesus após a sua expulsão do País em 1759 e depois das Ordens religiosas após a sua extinção em 1834.

Em 1901, sob a direcção do Dr. António de Vasconcelos que já antes se dedicava à pesquisa séria e rigorosa sobre a história da Universidade e outros temas, o AUC passou a ter um estatuto especial (Repartição Autónoma). De lembrar a publicação de dois livros importantes: *Francisco Suárez: Doctor eximius...* que assinalava o 3.º centenário da entrada do ilustre teólogo granatense nos claustros conimbricenses ocorrida a 8 de Maio de 1597 e, em 1894, *Dona Isabel de Aragão (A Rainha Santa)* que foi reeditada em fac-simile pelo AUC em 1993. Também sobre a grande personalidade de Francisco Suárez escreveram outros autores diversos trabalhos, como Mário Brandão que tratou da sua biblioteca. De referir ainda a edição da obra *Conselhos e Pareceres* do insigne mestre de teologia.

Dominando excelentemente o latim e os saberes paleográfico, diplomático e outros e dotado de uma invulgar cultura fez-se acompanhar por alguns discípulos, como Brito e Silva e Gonçalves Cerejeira, que para além de pesquisas realizadas contribuíram dedicadamente para reorganização do AUC⁵. Outros discípulos do Dr. António de Vasconcelos foram Mário Brandão e Manuel Lopes de Almeida que seriam depois lentes de História da Faculdade de Letras e directores, respectivamente, do AUC e da Biblioteca Geral da Universidade. Como director do AUC Mário Brandão procedeu a inúmeras investigações sobre a Universidade do período joanino⁶.

Na Faculdade de Letras, dirigiu o Dr. Vasconcelos o Instituto de Estudos Históricos onde se elaboraram estudos valiosos, igualmente fruto de pesquisas feitas no AUC.

Em 1917, conseguiu, de comum acordo com o bispo e o reitor, que se procedesse à incorporação no AUC dos ricos fundos do Cabido e da Mitra de Coimbra que se encontravam abandonados no Seminário Diocesano. É hoje uma das partes mais importantes da instituição.

Outro facto importante deu-se em 1931 quando o Arquivo Distrital de Coimbra foi anexado ao AUC. Para os investigadores reveste-se de uma importância enorme poder dispor da documentação distrital e de outra não propriamente universitária. Muitas têm sido as teses doutorais e de mestrado, os trabalhos de aulas e outros que o valioso espólio arquivístico existente na instituição proporciona.

O AUC que funcionara em condições precárias junto à secretaria passou em 1948 a ser dotado de novas instalações, ocupando hoje a documentação cerca de 10 km. de prateleiras. Foi o primeiro edifício a ser inaugurado dentro do plano da Cidade Universitária.

O seu vasto espólio distribui-se pelas secções do Cabido e Mitra e Câmara Eclesiástica de Coimbra, Colecções Particulares, Governo Civil, Instituições Religiosas, Judicial, Notarial, Paroquial, Pergaminhos, Universidade e Varia.

Publica o *Boletim do AUC*, possui vários serviços de apoio e desenvolve diversas actividades culturais. Entre as edições de livros, salientam-se os relativos à história da Universidade (períodos de D. João III, de Pombal e da República).

⁵ Recordamos que Manuel Gonçalves Cerejeira, professor de História da Faculdade de Letras e depois cardeal-patriarca de Lisboa, deixou vários trabalhos notáveis, como um sobre Clenardo; e Brito e Silva elaborou os Catálogos dos Cartórios dos Colégios de S. Bento e do Carmo de Coimbra e um estudo sobre Heitor Pinto.

⁶ Na bibliografia final mencionamos alguns dos seus livros.

2.1. FASE MEDIEVAL

Fundamentais para este período são as seguintes fontes:

2.1.1. *Livro Verde*. Deste livro há uma cópia no AUC, bem como outra autenticada no *Traslado dos privilégios da Universidade e do colégio da Madre de Deus da cidade de Évora*, «livro volumoso que veio com o cartório dos jesuítas daquela cidade». Foi editado em fac-simile e em transcrição por ocasião do CUC, como sucedeu com outras obras a seguir referidas. Trata-se de um códice contendo diplomas transcritos, «elementos preciosos que, bem estudados e ponderados, nos deixam surpreender no primeiro período da história da universidade o cuidado de organizar esse cartório, que infelizmente veio a desaparecer», comenta Vasconcelos. Chama-se *Livro Verde*, porque tinha em tempo uma encadernação de veludo verde. É uma cópia feita em 1471 pelo aluno de Cânones Vasco do Avelar de vários documentos antigos⁷.

Na primeira mudança da Universidade para Coimbra deve ter havido a desorganização ou até mesmo perda de muitos documentos, entre eles o da fundação de 1 de Março de 1290. O Dr. Vasconcelos acrescenta que em 1308 quando ela vem pela primeira vez para Coimbra recomeçou o cuidado de arquivar e guardar os documentos de valor e mais interessantes que se foram produzindo.

2.1.2. *Traslado de privilégios da Universidade*. Foi passado por certidão em face dos documentos antigos existentes na Torre do Tombo por Vasco Fernandes.

2.1.3. *Estatutos de D. Manuel I (1503?)*. São os primeiros estatutos no sentido rigoroso do termo: a *Magna Charta Privilegiorum*, de 15 de Fevereiro de 1309, e os *Artigos Estatutários* de D. João I, de 16 de Julho de 1431, só impropriamente se chamam estatutos. Trata-se de um pequeno volume em pergaminho, autenticado com a assinatura régia. Na parte final inserem-se vários documentos em papel. Foram transcritos em boa caligrafia no vol. I do *Registo das provisões antes da nova fundação da*

⁷ A primeira transcrição do *Livro Verde* foi feita por António Gomes da Rocha Madahil, em 1932. Pelo interesse de que se reveste aqui transcrevemos as palavras finais: «Ego Valascus do Aveellar im Jure Canónico scollaris scripsi manu mea propria hoc (hunc) transuptum privilegiorum hujus alme uniuerssitatit et perfecí ipsum vicessima die mensis Mayii anno a natavitate Domini millesimo quadraçemtissimo septuagesimo primo anno et erat feria secumda in sero, quando ipsum pefeci, et ut memoria mea et post me venientium non existat im quam subscrpsi hic manu mea propria. Deo gratias. Valascus in Decretis scollaris. Deo gratias. Era eu que o escrepvi em idade de XXIII anos e meio e mais quinze dias. Velascus. Non poterit melius caro tua domari / mortua qualis quam semper premeditari».

Universidade (ou seja, anteriores da reforma pombalina, fol. I a IIV.^o). Foram editados em fac-símile na celebração do CUC.

2.1.4. *Autos e graus*, 2 vols. Inclui acordos, resoluções e actas dos conselhos da Universidade em Lisboa, juntamente com muitas e diversas notícias e apontamentos interessantes sobre a vida da instituição.

Para o estudo da Universidade desde os inícios até 1537 dispomos hoje do *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), obra monumental em 15 vols., Lisboa, 1965-2003, que reúne 6971 documentos conservados em diversos Arquivos e Bibliotecas não só portuguesas como também estrangeiras, em particular no Arquivo do Vaticano⁸; alguns desses documentos encontram-se no AUC.

2.2. DO PERÍODO DE D. JOÃO III POMBAL

As principais fontes para o estudo da história da Universidade de Coimbra a partir de 1537, ano em que ela foi transferida definitivamente para Coimbra, encontram-se no Arquivo desta instituição.

Além do Arquivo da Universidade de Coimbra, devemos recordar ainda outros arquivos e bibliotecas de Portugal e estrangeiras, sobretudo o Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional de Lisboa, o Arquivo da Universidade de Salamanca e o Arquivo do Vaticano.

2.2.1. *Documentos de D. João III*. É um volume que inclui uma colecção abundante de diplomas transcritos entre os quais várias provisões régias (1538-1546).

2.2.2. *Livro de privilégios concedidos pelos reis à Universidade*. Trata-se de um volume de pergaminho com a pública-forma de vários documentos, passados em 1658.

2.2.3. *Estatutos Filipinos* (1597). Foram aprovados por alvará régio de 8 de Junho de 1597. Trata-se do manuscrito original, rubricado em todas as folhas pelo bispo e capelão-mor D. Jorge; interessante é a representação da insígnia universitária: a Sabedoria representada por uma mulher com a coroa real e o ceptro rematado por uma esfera, cercada de livros com um mocho e uma joieira aos lados, e a divisa: «Per me Reges regnat et legum

⁸ Ficou a dever-se ao Prof. Artur Moreira de Sá, antigo professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o projecto do *Chartularium*. Depois da sua morte foi a obra continuada por Francisco da Gama Caeiro e António de Sousa Costa, ambos igualmente autores de valiosos trabalhos sobre a história da Universidade.

conditores iusta decernunt». Esta figura alegórica da Sabedoria que aparece nos selos da Universidade é impropriamente chamada deusa Minerva⁹.

2.2.4. *Artigos de Reforma dos Estatutos* (1612). Este volume original foi organizado pelo visitador da Universidade, D. Francisco de Bragança, e confirmado por D. Filipe II por alvará de 20 de Julho de 1612.

2.2.5. *Estatutos de D. João IV*. Por alvará de 15 de Outubro de 1653 o monarca confirmou estes estatutos que são, no fundo, os filipinos acrescentados dos artigos da reforma de 1612. Foi a partir deste volume que se fez a impressão de 1654.

2.2.6. *Provisões antes da nova fundação da Universidade*. Trata-se de uma vasta colecção de diplomas régios dirigidos à Universidade em 5 grossos volumes em que se inserem perto de 1300 documentos originais.

2.2.7. *Resumo das Provisões antes da nova fundação da Universidade*. São 2 volumes com um índice desenvolvido dos seis volumes de registo de provisões, onde estas são não só indicadas, mas também sumariadas.

2.2.8. *Conselhos* (1545-1772), 44 vols. «Para o estudo da vida da Universidade é esta certamente a mais interessante das colecções arquivadas. Consta de quarenta e quatro volumes, onde se encontram as actas dos diversos conselhos académicos, desde o início de 1545 até 1722, e de mistura muitos outros apontamentos, notícias e lembranças, que revelam particularidades e minudências íntimas da vida deste Estabelecimento»¹⁰.

2.2.9. *Autos e Graus* (1537-1771), 104 vols. Esta colecção abrange 104 volumes, numerados de 3 a 106, pois o 1.º e o 2.º foram indevidamente incorporados nesta colecção, pelo facto de dizerem respeito à Universidade na sua fase em Lisboa. Neles se contêm os termos dos diversos actos, provas e graus das várias faculdades. Aquele que é o 3.º volume insere, além dos termos de actos e graus, igualmente algumas «provas de curso», e começa em 1537; o vol. 106 vai até 1771.

2.2.10. *Matrículas* (1573-1771), 88 vols. em que figuram os termos das matrículas realizadas entre 1537 e 1771, ano da reforma pombalina.

2.2.11. *Provas de Curso* (1579-1771), 116 vols. Nestes livros que abrangem o período entre 1579 e a reforma pombalina ficaram registados os termos das provas exibidas por cada aluno; os escolares precisavam de demonstrar que residiram e frequentaram regularmente as aulas durante o tempo legal, sem o que não podiam ser admitidos aos actos.

⁹ No seu livro sobre o Selo da Universidade explica António de Vasconcelos a história das insígnias universitárias.

¹⁰ De acordo com os estatutos havia três conselhos: de Conselheiros, de Deputados e Conselheiros, Conselho-Mor.

2.2.12. *Acordos da Mesa da Fazenda* (1549-1771), 6 vols. Abrangem o período entre 1549 e Pombal. Revestem-se de enorme interesse para apreciar a vida económica da Escola. Destes volumes foi feita uma cópia em dois tomos, também conservados no AUC.

2.2.13. *Livro da Fazenda da Universidade*. Contém o inventário dos bens que pertenciam à Universidade, rendas, foros, etc.

2.2.14. *Memórias da Universidade e Censual do seu Antigo Património*. Contém o catálogo dos reitores e outros temas. Foi autor das *Memórias* o reitor Francisco Carneiro de Figueiroa e do *Censual* o escrivão da fazenda da Universidade, João Baptista¹¹.

2.2.15. *Provisões originais relativas ao Colégio das Artes e outras*. Esta preciosa colecção que foi organizada no tempo em que Vasconcelos era director do AUC abrange os muitos diplomas régios desde a fundação do Colégio das Artes sob a direcção dos Gouveias; reveste-se de bastante interesse para a história do Colégio das Artes e da Companhia de Jesus que passou a dirigi-lo em 1555, contendo ainda provisões sobre assuntos vários. Infelizmente extraviaram-se muitos documentos «em tempos relativamente recentes», diz Vasconcelos.

2.3. DA REFORMA POMBALIANA A 1910

2.3.1. *Estatutos da Universidade de Coimbra* (de 1772 ou Pombalinos)¹². Trata-se do texto original dos estatutos elaborados pelo Marquês de Pombal que colocou a sua assinatura em cada folha. São precedidos da carta régia do rei D. José em que nomeia José Sebastião de Carvalho e Melo ministro plenipotenciário para realizar a reforma da Universidade. «Acham-se belamente escritos em excelente papel, ricamente encadernados em marroquim, com fecharia de prata».

2.3.2. *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra, desde o princípio da nova reforma até ao mês de Setembro de 1777*. É seu autor o reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho que a dirige à rainha D.^a Maria; nela, como já se disse atrás, faz uma defesa corajosa da reforma levada a cabo em 1772 quando muitas vozes se levantavam tentando a todo o transe desfazer o trabalho realizado¹³.

¹¹ Francisco Carneiro de Figueiroa foi um dos maiores reitores da Universidade de Coimbra.

¹² Têm figurado em várias exposições como na «Europalia» realizada em Gand em 1991.

¹³ CRP.

2.3.3. *Actas do Claustro Pleno* (1772-1856), 3 vols. Neles foram exaradas as actas das sessões daquele conselho plenário da Universidade, desde 1772 até 1856.

2.3.4. *Actas das Congregações de Decanos* (1772-1892)¹⁴, 9 vols. Trata-se de uma série de livros com o registo das actas desse conselho.

2.3.5. *Actas das Congregações da Faculdade de Teologia* (1772-1901)¹⁵, 5 vols.

2.3.6. *Actas das Congregações da Faculdade de Cânones* (1772-1836)¹⁶, 2 vols.

2.3.7. *Actas das Congregações da Faculdade de Leis e Direito* (1772-1898)¹⁷, 9 vols.

2.3.8. *Actas das Congregações da Faculdade de Medicina* (1772-1896)¹⁸, 11 vols.

2.3.9. *Actas das Congregações da Faculdade de Matemática* (1772-1896)¹⁹, 6 vols.

2.3.10. *Actas das Congregações da Faculdade de Filosofia* (1772-1889)²⁰, 6 vols.

2.3.11. *Registo das Consultas da Universidade*. Neste livro contêm-se as consultas e propostas que subiam da Universidade ao Governo.

2.4. DA REPÚBLICA A 1974

Entrados na fase republicana em que se deram muitas alterações na vida da Universidade, temos os seguintes livros:

Actas da Assembleia Geral (1911-1934). Era o órgão máximo da Universidade que, entre outras incumbências, elegia o reitor.

Actas do Senado (1911-1974)²¹. A partir de 1911 a Universidade passou a ter como órgãos principais: a Assembleia Geral, o Senado, o Conselho Académico e a Junta Administrativa; e cada Faculdade funcionava presidida pelo seu director sendo registadas as sessões no respectivo livro de actas.

¹⁴ Foi publicado o vol. I no CRP.

¹⁵ Foram publicados 2 vols. no CRP.

¹⁶ *Id.*

¹⁷ *Id.*

¹⁸ *Id.*

¹⁹ *Id.*

²⁰ Foram editados em 1982.

²¹ Publicados 2 vols. (1911-1924) no CUC.

Actas da Junta Administrativa (1908-1926)²².

Actas das Faculdades (1911-1974). Infelizmente nem todos estes livros deram entrada no AUC. Foram publicados alguns durante o tempo em que estivemos à frente da instituição no programa do CUC. Publicámos ainda: 2 vols. da Faculdade de Letras (1911-1936), 2 vols. da de Direito (1911-1947) e 1 vol. da de Ciências (1911-1927).

2.5. ACTUALIDADE

Presentemente, à luz dos estatutos de 1991, os órgãos da Universidade são a Assembleia Geral e o Senado; e cada Faculdade tem seus os conselhos directivo, científico, pedagógico e disciplinar.

2.6. OUTRA DOCUMENTAÇÃO

Limitámo-nos até aqui a referir as fontes consideradas clássicas para o estudo da história da Universidade. Muito mais havia a dizer sobre as outras secções. Mencionamos tão só mais os seguintes: Administração e Contabilidade; Arquivo da Universidade; Batalhões de voluntários académicos; Bens da Universidade; Biblioteca; Capela; Polícia Académica; Colégios; Hospitais; Imprensa; Organismos académicos e Secretaria da Universidade.

BIBLIOGRAFIA²³

- ABREU, José Maria de, «Memórias Históricas da Universidade de Coimbra», in *O Instituto*, Coimbra, 1 (1853); 2 (1854).
 — *Legislação Académica*, 1772-1863; vol. I: 1772-1850; vol. II: 1851-1854; vol. III: 1855-1863.
- ALMEIDA, Manuel Lopes de, *Livros, Livreiros e Impressores da Universidade (1587-1835)*, 2 vols., 1964-1966.
 — *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade*, 3 vols., 1970-1974.
- ANDRADE, António Alberto Banha de, *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários (1759-1771)*, 3 vols., 1981-1984.
 — *Vernei e a Cultura do seu Tempo*, 1966.
- Anuario da Universidade de Coimbra*, publicação desde 1866-1867.
- BRAGA, Teófilo, *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, 4 vols., Lisboa, 1892-1902.

²² Editados 2 vols. (1908-1926) no CUC.

²³ No livro *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigenis*, vol. I (1290-1772), Coimbra, 2003, encontra o leitor uma bibliografia mais completa.

- Conselhos e Pareceres*, ed. bilingue, 3 vols., 1948-1952.
- CRUZ, Lúcia, *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, vol. III, 1976.
- FERREIRA, Francisco Leitão, *Alphabeto dos Lentes da Insigne Universidade de Coimbra desde 1537*. Ed. organizada por Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1937.
- *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra. Com Aditamentos e Notas*. Ed. organizada por Joaquim de Carvalho, Coimbra, 1937.
- FIGUEIROA, Francisco Carneiro de, *Memórias da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1937.
- História da Universidade em Portugal*, vol. I, t. I (1290-1536); t. II (1537-1771), Universidade de Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BRANDÃO, Mário, *A Livraria do P.e Francisco Suárez*, 1927.
- *Livro da Recepta & Despesa das Rendas da Universidade per Manuel Leitam...*, 1938.
- *O Colégio das Artes*, 2 vols., 1924-1933.
- *Actas dos Capítulos do Mosteiro de Santa Cruz*, 1946.
- *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, 2 vols., 1948-1969.
- *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, vol. I, 1951; vol. II, 2 partes, 1951-1955; vol. II, 3.^a parte, 1969.
- *Actas dos Conselhos da Universidade de 1505 a 1537*, vol. I, 1986.
- BRANDÃO, Mário e ALMEIDA, Manuel Lopes de, *A Universidade de Coimbra. Esboço da sua história*, Coimbra, 1937.
- RODRIGUES, M. A., *Biblioteca e Bens de D. Francisco de Lemos e a Mitra de Coimbra*, 1984.
- *Inventário da Livraria do Extinto Colégio de S. Tomás de Coimbra*, 1987.
- *A Universidade de Coimbra e os seus reitores*, 1990.
- *A Universidade de Coimbra. Marcos da sua História*, Coimbra, 1991.
- *As Universidades de Salamanca e de Coimbra. Eixo Cultural Ibérico. Exposição Documental 14 a 31 de Março de 1992. Colaboração dos Arquivos das Universidades de Salamanca e Coimbra*, Coimbra, 1992.
- *Memeoria Professorum Universitatis Conimbrigenis*, vol. II: 1772-1937, Coimbra, 1992.
- *Memeoria Professorum Universitatis Conimbrigenis*, vol. I: 1290-1772, 2003.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Os Portugueses de Salamanca, vol. I: 1250-1550*, Lisboa, 1961.
- *Contribuição para o Estudo dos Portugueses na Universidade de Alcalá, 1509-1640*, 1978.
- Universidades(s). História, Memória, Perspectivas*. Congresso sobre a História da Universidade de Coimbra (5 a 9 de Março de 1990), 5 vols., 1991.
- VASCONCELOS, António de, *Francisco Suárez: Doctor Eximius...*, 1897.
- *O Arquivo da Universidade*, Coimbra, 1902-1903; reed. 1991.
- *Escritos Vários*, 2 vols., 1938-1941; reed. 1987.